



**Entre  
colonizador &  
colonizado:  
aspectos  
culturais das  
cozinhas e  
identidades  
nacionais de  
Brasil e Portugal**

**Talita Prado Barbosa  
Roim<sup>1</sup>**

**Between colonizer &  
colonized: cultural  
aspects of national  
cuisines and  
identities of Brazil  
and Portugal**

<http://dx.doi.org/10.12660/rm.v9n15.2018.76631>

---

<sup>1</sup> Pós-doutorado, bolsista PNPd/CAPES, do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Goiás. E-mail: talitapbroim@gmail.com

**Resumo:**

A alimentação tem papel importante em uma sociedade, a culinária, os pratos típicos e a cozinha que se desenvolvem em um país fazem parte do contexto histórico-cultural e é um dos elementos que constitui a base para formação de uma identidade nacional. O objetivo da pesquisa é de fazer uma análise comparativa da formação da identidade nacional portuguesa com a identidade nacional brasileira a partir da constituição de suas respectivas cozinhas. Baseado em Boaventura de Sousa Santos (1999) de que Portugal não possui uma identidade nacional sólida, uma vez que o projeto nacional ocorre por meio de uma elite portuguesa conservadora distante da massa popular, que não interioriza essa identidade nacional forjada, temos como problemática pensar a construção dessa identidade portuguesa a partir de sua cozinha, para analisar de que maneira essas construções podem refletir na formação da identidade nacional brasileira. A comparação entre as duas cozinhas tem como método de pesquisa análise de discursos sobre hábitos alimentares, formação culinária, modos à mesa e demais ações relacionadas a alimentação, bem como aspectos sociais e culturais presentes na literatura clássica dos dois países, com estudos da vida e obra de Eça de Queirós, autor clássico português e, de Machado de Assis, clássico da literatura brasileira. Além desses autores são analisados outros documentos literários e científicos na busca por dados que indiquem a construção da identidade nacional de cada país na contemporaneidade, bem como a representatividade da construção de uma culinária nacional diante do processo histórico de Brasil e Portugal.

**Palavras-chave:** Cozinha brasileira, Cozinha portuguesa, Identidade nacional, Literatura nacional.

**Abstract:**

Food has an important role in a society, culinary, typical dishes and the cuisine that develop in a country are part of the historical and cultural context and is one of the elements that forms the basis to national identities. The objective of the research is to make a comparative analysis about the formation of the Portuguese national identity with the Brazilian national identity through the cuisines. Based on Boaventura de Sousa Santos (1999) that Portugal does not have a solid national identity, since the national project occurs through a conservative Portuguese elite that is far from the popular mass, which does not internalize this forged national identity the construction of this Portuguese identity from its cuisine, to analyze how these constructions can reflect in the formation of the Brazilian national identity. The comparison between the two cuisines is based on the analysis of discourses on eating habits, culinary training, table manners and other actions related to food, as well as social and cultural aspects present in the classical literature of both countries, with studies of life and the work of Eça de Queirós, a classic Portuguese author and Machado de Assis, a classic of Brazilian literature. Besides these authors are analyzed other literary and scientific documents in the search for data that indicate the construction of the national identity of each country in the contemporaneity, as well as the representativeness of the construction of a national cuisine before the historical process of Brazil and Portugal.

**Key words:** Brazilian cuisine, Portuguese cuisine, National Identity, National literature.

## Introdução<sup>1</sup>

Em uma pesquisa ainda em desenvolvimento, porém inédita do ponto de vista de pensar a formação da nação brasileira e sua cozinha em diálogo com o processo de formação da nação e cozinha portuguesa e as dinâmicas culturais (mas também políticas, sociais e econômicas) no contexto da colonização, tem-se como objetivo traçar a formação da identidade nacional e aspectos da civilização brasileira por meio do estabelecimento de sua cozinha, que se desenvolve com escolhas, por vezes inconscientes, mas em sua maioria, arbitrárias, de produtos, ingredientes e de pratos típicos, considerando a cozinha como elemento cultural e político na construção de identidades nacionais.

Partimos de diferentes autores<sup>2</sup> que, com pesquisas de trajetórias culinárias, de formação e consolidação de cozinhas e modos de comer de países como França, Inglaterra e Itália, demonstram as influências diretas na consolidação de nação como projeto político em diferentes momentos históricos.

Sob a perspectiva histórico-política das relações entre Brasil e Portugal, analisa-se seus respectivos projetos nacionais à luz dos hábitos alimentares como elementos relevantes para formação de identidades coletivas. Para tanto, utilizamos o aporte teórico de Norbert Elias (2011), e o conceito de figuração social, agregando e desenvolvendo um olhar antropológico acerca da dicotomia civilizador e civilizado, buscando superar o binarismo e as ideias de oposições, evidenciando-os como coexistentes e complementares entre si e, que ao longo da história, ora Brasil é colonizado ora ele é colonizador nos processos de estabelecimento de regras, normas e imposições, seja para a formação das cozinhas, seja das nações.

No campo intelectual das ciências sociais é consenso que conceitos como nação, nacionalidade, nacionalismo, identidade nacional etc. são construções forjadas por determinados grupos, quase sempre de elite, que possuem interesses políticos de unificação do país para fins de domínio e poder político e econômico, bem como de aspectos sociais (instituições, normatizações) e culturais (datas festivas, comemorações), constituindo o Estado-nação.

Apesar dessa constatação, existem outros elementos relevantes na formação e constituição de uma nação que fazem com que os indivíduos compartilhem sentimentos de identificação, como por exemplo, os que giram em torno do debate sobre o conceito de cultura no contexto da epistemologia europeia – *Kultur* e *civilisation* – (ELIAS, 2011). Antropologicamente, sabemos que fatores culturais são responsáveis por construir identidades e noções de pertencimento pelos indivíduos a determinados grupos sócio culturais.

---

<sup>1</sup> Esse artigo é o primeiro resultado de pesquisa derivado do projeto de pesquisa do Pós-Doutorado (PNPD/CAPES) realizado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Goiás. Nesse sentido, trata-se de um trabalho teórico/metodológico no esforço de refletir e analisar as bibliografias referentes ao tema a fim de demarcar o campo e os posicionamentos políticos e epistemológicos da pesquisa.

<sup>2</sup> Elias (2011), Mennell (1987); Heltosky (2004).

Assim, mesmo que a identidade nacional seja uma invenção da modernidade, ela é inventada a partir de pressupostos legítimos para a relação identitária de um grupo. Porém, dependendo do posicionamento epistemológico, político, teórico ou sociológico, ela é construída – ou inventada, ou ainda, compreendida ou interpretada – de diferentes maneiras ao longo dos acontecimentos históricos, bem como dos movimentos intelectuais que giram em torno desta questão.

Mas, que, todavia, independente do momento histórico e intelectual, os aspectos culturais capazes de unir um grupo (conjunto ou sociedade, comunidade) ou ainda, diferenciá-los, permanecem nas mais diversas definições existentes do que seja a identidade nacional.

A culinária é um desses elementos em que cozinhas, receitas, pratos são classificados como nacionais para legitimar um país, um governo ou diferentes tipos de interesses, como de unificação, ou até mesmo separação de territórios.

Baseado na teoria de comunidades imaginadas de Benedict Anderson (2008) e de uma antropologia das sociedades contemporâneas a partir da relação da disciplina com os Impérios (*empire building*) e com os Estados Nacionais (*nation building*) (L'ESTOILE et al., 2002), é possível formular a ideia de que o problema desta pesquisa não se encontra na pergunta sobre qual é a identidade nacional brasileira ou qual a identidade nacional portuguesa e de que forma suas respectivas cozinhas foram formadas, uma vez que não se trata de buscar essencialismos como marcadores sociais de diferenças (ERIKSEN, 2002).

Pelo contrário, a pergunta central é saber quais foram as maneiras e os meios que processos (ELIAS, 2011) de construção da nação portuguesa e da nação brasileira ocorreram e de que forma indicam continuidades e descontinuidades na formação de identidades nacionais, como influenciadoras na consolidação de suas cozinhas e representatividades.

Com a afirmação, por diversos autores, de que a cozinha brasileira se constrói por meio de um mito de origem estabelecido no senso comum e reforçada pela ciência produzida nas primeiras décadas do século XX, a partir da miscigenação branco, negro e índio (DÓRIA, 2009), dividida por especificidades regionais para uma imaginação nacional, deve-se buscar no cotidiano hábitos não evidenciados da alimentação, que segundo Livia Barbosa (2007), não está no consumo de ingredientes típicos e exóticos, mas naqueles que são comuns em todo território nacional, como fica evidente no feijão com arroz.

Torna-se, assim, necessário verificar algumas destas afirmações e pensar sobre a representatividade do arroz com feijão, que pode ser interpretado como prato nacional presente no cotidiano do país, simbolizado por aspectos como força, nutrição e formação física e mental dos indivíduos brasileiros, mas que também contribui para a formação moral, quando popularmente se expressa, por exemplo, a necessidade de muito arroz com feijão para se chegar a um determinado status, conseguir um emprego, passar em um concurso, ou quaisquer atividades que dependam do caráter e determinação do indivíduo.

As indagações sobre este tema partem da questão sobre as maneiras que se formam a cozinha brasileira, com as comidas típicas, mas também com o arroz e feijão, relacionada ao projeto de nação, apesar de ser constantemente afirmada por suas regiões. Destarte, vê-se um problema a ser estudado sobre a identidade nacional e as identidades regionais na formação da cozinha brasileira, no imaginário nacional e as suas representações e significados.

Sendo assim, é possível entender o tema da alimentação como parte constituinte dos grupos sociais e também das sociedades, enquanto aspecto que influencia e é influenciado conforme as dinâmicas e os percursos sócio históricos e culturais, uma vez que o “comportamento relativo à comida liga-se diretamente ao sentido de nós mesmos e à nossa identidade social, e isso parece valer para todos os seres humanos” (MINTZ, 2001, p. 31).

Com um recorte temático que aborda o período de 1807 a 1945, a pesquisa busca o viés, ou fio condutor do debate, sobre os hábitos alimentares e a formação da cozinha nacional por meio de discursos presentes na literatura dos países abordados como método de interpretação do *ethos* do local, dos símbolos e significados atribuídos aos modos de comer no espaço denominado nação.

Para tanto, é apresentado nesse artigo, ainda que de modo conciso, as participações sociais de Eça de Queiroz e Machado de Assis para compreender o contexto sociopolítico e cultural do Brasil e de Portugal por meio das representações e opiniões sobre seus respectivos países enquanto nação em suas obras literárias, que serão fundamentais para a continuidade da pesquisa, que em momento posterior se pautará nas representações acerca dos hábitos alimentares das populações, que estruturam a culinária dos países e lhes atribui especificidades nos modos de fazer, nas variedades de alimentos e particularidades nos saberes, compondo e (re)construindo costumes que sofrem a todo momento transformações, inclusões ou exclusões, até chegar ao que se denomina cozinha nacional.

### **As interlocuções entre cozinha e nação de Brasil e Portugal: apontamentos teóricos, históricos e metodológicos de pesquisa**

Pensar sobre a cozinha de um país, as formas que levam grupos culturais, políticos e sociais a formarem gostos, preferências, impedimentos e tabus, dentre várias outras práticas relacionadas aos hábitos alimentares requer um amplo estudo antropológico que viabilize a compreensão dos sentidos e significados que lhes é atribuído e as práticas nas diferentes sociedades como fruto de processos de formação de identidades culturais que se intermeiam, interseccionam, influenciam e se constroem como meios para afirmações, pertencimentos e diferenciações de nacionalidades.

Faz-se necessário um mapeamento epistêmico da teoria antropológica a fim de possibilitar densidade teórica para a pesquisa proposta para que dessa maneira, seja possível a construção de uma abordagem que relacione a tríade nação, alimentação e literatura às

investigações histórico-culturais do Brasil e de Portugal no período que corresponde à transição do Brasil Império até sua independência, com análise das representações nacionais nas respectivas presentes nas obras literárias de Eça de Queirós e de Machado de Assis.

Diante de tais métodos busca-se reconstruir os (des)caminhos da formação da cozinha brasileira e da cozinha portuguesa como elementos fundadores de identidades nacionais, formulando uma ideia de nacionalidades construídas pelas diferenças.

Com as primeiras análises sobre o contexto da vida social dos autores, por meio das representações sociais dos países presentes em suas obras e em suas trajetórias de vida é possível construir hipóteses e pressupostos para pensar na articulação entre os dois países no período proposto (1807 a 1945), abrangendo nesse recorte acontecimentos históricos significativos para compreensão da formação das identidades dos dois países.

Usar a literatura clássica para refletir sobre a formação da nação brasileira e sua forma de compreender-se enquanto um povo é pertinente na medida em que estudiosos do pensamento social brasileiro veem nessa vertente um dos primeiros movimentos que se propõe a pensar o Brasil e a condição de ser brasileiro por determinados grupos de intelectuais que produziam sua literatura para além da metrópole portuguesa, expondo sentimentos e práticas da nação brasileira.

Antônio Cândido em seus estudos literários no exercício de pensar sobre o espírito nacional brasileiro declara que a partir da conjuntura do século XVIII, intelectuais buscam as raízes nacionais para confrontar o modelo europeu. “É com os chamados árcades mineiros, as últimas academias e certos intelectuais ilustrados, que surgem homens de letras formando conjuntos orgânicos e manifestando em graus variáveis a vontade de fazer literatura brasileira” (CÂNDIDO, 1969, p. 25).

Também em Portugal, como em toda a Europa, movimentos e manifestações nacionalistas ocorreram nesse período de afirmação dos estados nacionais. José Maria de Eça de Queirós assume este papel nacionalista em que sua vida social, bem como suas obras, abrangem o contexto da sociedade portuguesa.

Nascido em Póvoa de Varzim, região norte de Portugal em 1845 Eça é um importante escritor representante do movimento realista português do século XIX. Morreu aos 54 anos em Neuilly-sur-Senne, região próxima de Paris, França, no ano de 1900. Escreveu sobre a sociedade portuguesa em diferentes textos jornalísticos e literários, sendo a maioria romances como os clássicos *Os Maias* e *O Crime do Padre Amaro*. Formou-se em Direito na Universidade de Coimbra e sempre esteve ativo na política com cargos públicos, como por exemplo, a carreira diplomática de cônsul representando Portugal em países como Cuba, Inglaterra e França (VIANA FILHO, 2008).

Suas obras clássicas são reconhecidas e estudadas também no Brasil. Sua inserção no campo da literatura brasileira ocorre não somente pela origem do idioma, mas também de sua aproximação com o país como jornalista e com as viagens e textos que estreitaram os

laços políticos, sociais e culturais entre Brasil e Portugal. Eça dedicou-se à escola literária realista com descrições amplas e detalhadas dos acontecimentos cotidianos da realidade portuguesa, dentre eles, os hábitos alimentares e os modos à mesa portugueses.

O texto mais exemplar e programático sobre o tema talvez seja o artigo conhecido como “Cozinha Arqueológica”, publicado em 1893, na *Gazeta de Notícias*. Nele, Eça afirmou: “a mesa constituiu sempre um dos fortes, se não o mais forte alicerce das sociedades humanas” e “O caráter de uma raça pode ser deduzido simplesmente de seu método de assar a carne” (III, p. 1226). A declaração ressalta a intrínseca relação entre comida e sociedade, que Eça reforça, ao adicionar: “a cozinha e adega exercem uma tão larga e direta influência sobre o homem e a sociedade”, por isso “dize-me o que comes, dir-te-ei o que és” (III, p. 1226) (ANDRADE, 2015, p. 205).

Segundo estudiosos contemporâneos do autor, a cozinha descrita por Queirós é uma cozinha burguesa

As tramas de Eça de Queiroz em que aparecem trufas e ostras são cenários de luxo e requinte, onde tais alimentos - assim como também champanhes, Portos de determinada safra, produtos com excelência determinada pela referência geográfica, como as ostras de Marennes ou peixe da Dalmácia, ou pela raridade, chá de Naïpó - aparecem como símbolo de distinção de classe, símbolos do gosto burguês (SILVA, 2012, p. 29).

Suas obras são permeadas de descrições de pratos, jantares e banquetes que apontam os hábitos da época e as distinções sociais como marcadores de diferenças e construção de identidade, vindo ao encontro de estudos como os do antropólogo José Sobral (2007) que escreve sobre a cozinha portuguesa dividida a partir do contexto de classes, entre a cozinha burguesa, refinada e influenciada pelo processo civilizador da alta cozinha francesa e; a cozinha popular, rústica e simples, baseada nos hábitos regionais de pescadores e trabalhadores rurais do país.

No contexto brasileiro, Joaquim Maria de Machado de Assis, considerado um dos maiores escritores brasileiros, nasceu no Rio de Janeiro em 1839 e morreu em 1908 na cidade natal. Possui ampla obra literária em diversos estilos, dentre eles os contos e os romances, possui também textos de opinião pública sobre a conjuntura do país de sua época (MAGALHÃES JÚNIOR, 2008).

Diferentemente de Eça de Queirós, Machado não se dedicou a grandes descrições acerca da alimentação ou das maneiras à mesa. Pelo contrário, criticou essas características na obra *O Primo Basílio* de Eça, afirmando ser exagero as descrições gastronômicas, um problema cultivado pela escola realista de literatura (FANTINI, 2012).

Apesar de as obras de Machado não conter as riquezas de detalhes de pratos, costumes à mesa etc., mesmo que discretamente, os mencionou em seus trabalhos, e os apreciou em vida. Belluzzo (2010) descreve a vida boêmia do autor e o seu apreço por boa



comida e hábitos à mesa em suas visitas as padarias e confeitarias do Rio de Janeiro, uma clara influência da corte portuguesa no Brasil.

Ainda que seja parca a contribuição na descrição de hábitos alimentares e modos à mesa em sua obra é possível perceber que Machado se posicionou em defesa aos hábitos e costumes brasileiros no sentido tal de pensar questões sobre nacionalidades. Machado de Assis expressa sua visão política acerca da nação brasileira em diversos textos de modo subjetivo e como crítica social<sup>3</sup>, ao defender que um escritor é fruto de seu tempo e espaço o que expressa traços de um pertencimento nacional e de uma literatura que defende o nacionalismo (FANTINI, 2012).

Mesmo que suas obras não estejam diretamente ligadas na descrição dos hábitos alimentares, como encontramos mais explicitamente em *Eça de Queirós*, Machado apresenta pequenos lampejos sobre costumes alimentares como distinção social em alguns de seus romances, como no caso de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, em que o personagem principal mostra as distinções sociais nas relações entre senhores e escravos, na divisão da casa enquanto espaço privado, onde a cozinha praticamente faz parte da senzala e não das dependências em que seus proprietários circulam.

Ou ainda, quando se refere aos banquetes dos senhores descrevendo os aparelhos de jantar refinados, os talheres e castiçais de prata importados de Portugal. E, também, quando descreve sobre a confecção de doces em compota de frutos típicos do país, como o doce de coco, as marmeladas, o melado e o cará (MACHADO DE ASSIS, 1994 [1880]).

Machado e Eça foram contemporâneos e em várias circunstâncias suas vidas e obras se entrecruzaram, com críticas de um a outro, de posicionamentos sobre a política e a literatura. Os autores foram homens de seu tempo, vivenciando a conjuntura histórica e cultural do Ocidente sobre a consolidação dos Estados-nações e suas expressões nacionalistas perante ao resto do mundo para travar disputas entre poderes políticos, econômicos e culturais.

Os dois autores possuem uma trajetória pública para além do ofício de escritor com envolvimento político e opiniões sobre os projetos nacionais. A relação entre eles não era harmoniosa, trocavam duras críticas, como afirma Fantini (2012)

Um dos grandes agentes a aquecer o polêmico cenário do nosso jornalismo oitocentista é o escritor português Eça de Queirós, que, do outro lado do Atlântico, colabora em periódicos brasileiros. Nesse contexto, irrompe um clima de mal-estar entre Eça e Machado de Assis, quando este decide responder de viés ao que acredita ser um desrespeitoso motejo daquele em relação aos brasileiros em geral, ao imperador do Brasil e, particularmente, ao próprio Machado (FANTINI, 2012, p. 113).

Machado e Eça debatiam opiniões e publicavam suas provocações e suas respectivas

---

<sup>3</sup> Como, por exemplo, a obra *Instinto de nacionalidade e outros ensaios* (1999).



respostas nos jornais brasileiros, indicando uma disputa por legitimidade do país, de suas representações, de suas condutas políticas e formação do estado brasileiro e sua literatura. As críticas vinham desde os estilos de escrita de um e de outro, bem como de posicionamentos políticos. Dentre eles, a formação do Brasil e do povo brasileiro. Eça em determinados textos e contextos inferiorizou o Brasil e os brasileiros com insultos ao imperador e ao próprio Machado.

A descrição caricata que Eça de Queirós faz dos brasileiros é preconceituosa e condiz com a discriminação racial, inclusive direcionada ao próprio Machado, que sofreu racismo não apenas externamente, mas em seu próprio país e por seus conterrâneos.

Nós temos o brasileiro: grosso, trigueiro com tons de chocolate, modo ricaoço, arrastando um pouco os pés, burguês como uma couve e toscos como uma acha, pescoço suado, colete com grilhão, chapéu sobre a nuca, guarda-sol verde, a voz fina e adocicada, ar desconfiado e um vício secreto. É o brasileiro: ele é o pai achinelado e ciumento dos romances satíricos; é o gordalhufo amoroso das comédias salgadas; é o figurão barrigudo e bestial dos desenhos facetos; é o maridão de tamancos traído das epigramas [...] não se lhe supõe distinção, e eles são, na persuasão pública, os eternos toscos achinelados da rua do Ouvidor. A opinião crítica nega-lhes o caráter e atribui-lhes os negócios de negros (QUEIRÓS, 1872, apud ABDALA, 2000, p. 123)<sup>4</sup>.

Machado respondia aos ataques à sua etnia com a crítica literária. Segundo estudiosos do autor, nas análises feitas por ele das obras de Eça rescindem não apenas críticas ao estilo literário com também ao caráter do escritor português.

Em 16 abril de 1878, ano da primeira edição do romance *O Primo Basílio*, e da segunda de *O crime do Padre Amaro*, Machado de Assis publica, na revista *O Cruzeiro*, o artigo intitulado “Eça de Queirós: *O Primo Basílio*”, cuja aspérrima recepção crítica aos dois romances do escritor português ocupasse em apontar-lhe duras considerações às falhas estéticas. O artigo cheira, de início, a ressentimento e cria, em torno de Eça, uma nuvem de especulações que persiste até hoje (FANTINI, 2012 p. 117).

Com essa pequena mostra de alguns aspectos da vida e obra dos autores é possível encontrar instrumentos para pensar a formação das identidades nacionais dos países envolvidos na pesquisa para além das formalidades dos discursos oficiais, mas por meio das descrições literárias do cotidiano, daquilo que não é óbvio, dos arranjos entre os atores sociais, das relações entre indivíduos que compartilham uma nacionalidade e uma cozinha e de que modo isto se manifesta no universo particular, do campo doméstico, do dia a dia que formam diferentes grupos culturais, com diferentes práticas, que se identificam e se reconhecem de variadas formas que estão para além dos discursos dos Estados sobre identidades nacionais.

---

<sup>4</sup> O trecho faz parte do texto intitulado *O Brasileiro*, de Eça de Queirós e foi transcrito do texto original “As farpas”, 1ª série, ano 2º, nº 10, 1872 e está publicado na coletânea de Abdala Junior, 2000.

Mediante esse levantamento é que circunda a proposta de pesquisa para fortalecer as bases teóricas e metodológicas para que, dessa maneira, seja possível construir perspectivas sobre os processos e transformações das práticas culinárias de cada nação e de que maneira elas se relacionam, se imbricam e se fundem com a ideia do discurso nacional, construindo suas identidades nacionais e as reproduzindo no cotidiano.

### **Primeiros apontamentos sobre as permanências e discontinuidades na construção da cozinha e nação portuguesa**

Seguindo os pressupostos teóricos de Boaventura de Sousa Santos (2010) contidos nas onze teses sobre a formação do estado-nação português e relacionando-as com a tríade de categorias – cozinha, nação e identidades nacionais –, analiso a formação da cozinha portuguesa sempre buscando a perspectiva das trocas culturais entre Brasil e Portugal, sendo a base fundamental para as primeiras compreensões do processo de formação da culinária elegida como elemento civilizador e provedor de identidades.

Nas afirmações das “Onze teses por ocasião de mais uma descoberta de Portugal” onde o sociólogo Boaventura de Sousa Santos (2010) discute o processo de formação da identidade nacional portuguesa a partir de um grupo específico, do discurso formado pelas elites intelectuais do país, a primeira tese é de que “Portugal é um país inteligível” e, que “apesar de ser um país com longa história de fronteiras abertas e de “internacionalismo” – das descobertas dos séculos XV e XVI à emigração dos anos 1960 – é considerado um país exótico, idiossincrático” (SANTOS, 2010, p. 53).

Para o autor o exotismo é um efeito causado pelo desconhecimento: “sabe-se pouco sobre Portugal e, por isso, se considera ser Portugal um país relativamente exótico” (SANTOS, 2010, p. 53). Trata-se de um senso comum elaborado pelas elites portuguesas, conforme apontada pelo autor, que por meio de discurso mítico diz mais sobre elas mesmas do que do cidadão comum. Mas, na medida que esse discurso é reproduzido e interiorizado, o cidadão comum também incorpora e o integra nas suas práticas sociais e, a partir dele se constrói outra forma de interpretar e lidar com o significado de ser português.

A interiorização do discurso nacional pela massa popular seria processada de maneira diversa, a partir das experiências individuais (que também são diversas) próprias desse grupo, criando assim, uma outra perspectiva do que se considera ser português, com significantes diferentes das constituídas pelas elites culturais do país.

Desse modo, e, seguindo Boaventura S. Santos (2010), nesse processo de formação de identidade nacional houve a necessidade de estudos sociais para compreender de que maneira procede a dialética da desterritorialização/reterritorialização das práticas sociais desenvolvidas em Portugal. Diante disso, o autor fala sobre a necessidade da criação de um conhecimento científico social sobre a constituição de Portugal no sistema mundial, para assim, torná-lo em senso comum, porém sendo mais realístico e emancipador do que o

português ideal das elites culturais.

As teses descrevem esse processo que é iniciado pela elite cultural e consumido pelas massas populares e da intervenção de estudiosos das áreas de ciências humanas e sociais a fim de pensar sobre o lugar ocupado de Portugal enquanto país do continente europeu, tanto em seu contexto e propósitos internos, quanto aos externos.

A sétima tese, por exemplo, diz sobre o papel intermediário que Portugal assume em relação a Europa, que assim como outros países (Grécia, Irlanda e, em certa medida, Espanha), tem a função de mediação, que ora serve de ponte, ora serve de tampão entre os países centrais e os países periféricos. Portugal firmou-se nesta posição durante os cinco séculos de império colonial, sendo centro em relação às suas colônias e periferia em relação à Inglaterra.

Em sentido menos técnico, pode dizer-se que durante muito tempo foi um país simultaneamente colonizador e colonizado. Em 25 de abril de 1974 Portugal era o país menos desenvolvido da Europa e ao mesmo tempo o detentor único do maior e mais duradouro império colonial europeu (SANTOS, 2010, p. 62).

A afirmação de que Portugal exerce um papel simultâneo de colonizador e de colonizado sustenta a análise sobre as relações estabelecidas entre o Brasil e os processos de independência e da formação da Primeira República. Portugal enquanto país colonizador, que ditava leis, normas e regras às suas colônias possuía status político de Império, dominante sobre o Brasil. Este status se transforma no século XIX, quando D. João VI transfere a corte portuguesa para o Brasil, tendo a cidade do Rio de Janeiro como nova capital.

A mudança geográfica da capital do Império passa a ditar também transformações políticas, econômicas e socioculturais. Em primeiro lugar, podemos destacar o aumento da imigração entre os países e o aumento das movimentações financeiras e das atividades econômicas. Mediante esses fluxos, as trocas culturais também se intensificam. Cabe-nos aqui enfatizar os usos e costumes de suas cozinhas.

Sabendo-se que, à medida que os portugueses se foram fixando no Brasil, levaram seus hábitos e costumes alimentares, mas que estes tiveram que ser adaptados à realidade do novo espaço, não é de se estranhar que a trilogia alimentar no Brasil colonial tenha sido diferente. Isto é, à metropolitana carne, pão e vinho contrapõe-se a colonial carne (seca), feijão e mandioca. Se, por regra, se pode destacar abundância de carne (verde<sup>5</sup> ou seca), de peixe (fresco ou seco) e, sobretudo, de frutas, não é menos verdade que tais alimentos não chegavam a todos e que o Rio de Janeiro era um espaço bastante bem abastecido (BRAGA, 2010, p. 167).

---

<sup>5</sup> Carne verde é uma expressão utilizada em Portugal, mas também no Brasil (sobretudo em textos do século XIX e início do século XX) para referir-se à carne fresca in natura.

A técnica de doçaria para conservação de frutos é um saber-fazer que se destaca como processo de ressignificação aplicado aos frutos tropicais da colônia. “A abundância de açúcar combinada com variadas e abundantes frutas permitia que estas fossem conservadas, dando origem a preparados nos quais o açúcar esteve sempre presente: compotas e geleias, as denominadas conservas, pastas, caso da marmelada, perada e goiabada; e frutas cobertas, ou seja, cristalizadas” (BRAGA, 2010, p. 145-146).

Outro costume estabelecido no Brasil no século XIX foi o hábito de se tomar chá, que ultrapassou as regras de etiqueta, com a venda de aparelhos para servir a bebida, os encontros sociais nas residências e confeitarias passou a fazer parte também da agricultura, sendo cultivado no país a partir de então.

Estes são alguns dos vastos exemplos relatados em diferentes fontes documentais e históricas, analisadas por vários autores que se interessam pela história do Brasil. No entanto, o inverso, bibliografias sobre as influências da cultura e costumes brasileiros em Portugal, são bastante escassas.

Braga (2010) é uma das poucas autoras que discorrem sobre esta temática, indicando um campo vasto para averiguação e pesquisa. De fato, ao considerar as relações entre Brasil e Portugal dinâmicas e flexíveis, considera-se, também as interrelações de conjuntos culturais entre um e outro.

Ora, desde que os portugueses se estabeleceram no Brasil, o convívio com um modelo alimentar dos índios, exógeno e diferente do português, deu origem a tensões, rejeições adaptações e até imitações. Mas, desde logo, foi-se dando um enorme leque de trocas e alguma assimilação integradora. O apreço pelos sabores brasileiros foi visível através da exportação de produtos da colônia para o Reino, mesmo a título de pequenos mimos. Por exemplo, em correspondência particular do período em que a Corte esteve no Brasil, pode ver-se que a separação das famílias – uns em Portugal, outros no Brasil – implicava não só a troca de cartas como também de presentes. Assim, em maio de 1813, saíram da Bahia de Penafiel diversos produtos; entre os alimentares contaram-se açúcar, arroz, café, doce de maracujá, farinha, melão e uma paca. Pouco depois, procederam à exportação de aguardente e de um “porco caititu que se domestica, mas é para quintal”. No ano seguinte, as remessas foram constituídas por caixotes de doces e açúcar... (BRAGA, 2010, p. 256).

Mesmo após a independência do Brasil, as exportações de alimentos continuaram ocorrendo: “por exemplo, em 1846, em o Grátis, um jornal de publicidade, anunciavam-se produtos estrangeiros de diversas origens, entre os quais doces do Brasil” (BRAGA, 2010, p. 256).

Essa relação desenvolvida com o Brasil demonstra os interesses políticos de Portugal, que buscava a centralização do poder e legitimidade dentro da Europa a partir das riquezas alcançadas com a exploração de suas colônias. No entanto, a estratégia política de

mudança de sede da corte para fugir dos ataques de Bonaparte culminou no desenvolvimento do Brasil para além das explorações de minério e açúcar (SCHWARCZ, 2002). As cidades cresceram e passaram a ter mais autonomia econômica, conduzindo uma estruturação política que contribuiu para a conjuntura do período e o processo de independência do país.

O percurso histórico e político de Portugal foi um dos elementos que constituíram as noções sobre o ser português e definiram, juntamente com os discursos da elite cultural portuguesa, sua identidade nacional. A oitava tese de Boaventura, indica a característica estruturante da nacionalidade portuguesa, onde afirma que o país foi o único colonizador considerado pelos outros países europeus como sendo um país nativo ou selvagem. A característica de ser um país intermediário (centro das colônias e periferia da Europa) que fez com que Portugal desenvolvesse um sentimento de coletividade.

Por via do tipo e da historicidade do seu nível de desenvolvimento intermédio, a sociedade portuguesa é muito heterogênea. Caracteriza-se por articulações complexas entre práticas sociais e universos simbólicos discrepantes, que permitem a construção social, tanto de representações do centro, como de representações da periferia (SANTOS, 2010, p. 65).

Podemos pensar uma coexistência das representações sociais – de centro e de periferia. Essas características são encontradas nos aspectos políticos, econômicos e culturais e, podem ser a chave para o “mistério” do “homem português” que foi criado a partir de estereótipos míticos, generalizados, baseado no senso comum das classes intelectuais e elites culturais.

A nona tese também advém da característica de ser uma país intermediário, com tendência de ser um Estado externamente fraco e internamente forte. Tornando-se forte dentro do país não pela legitimidade do governo, mas por meio de coerção social, como por exemplo, o autoritarismo, seja ele sob a forma democrática do populismo e do clientelismo, ou sob a forma não democrática da ditadura.

Essa forma de governo gera a discrepância entre direito (leis) e a realidade social (da aplicação das leis). O distanciamento entre representante e representado e as desigualdades sociais dão margem para a “carnavalização política” (SANTOS, 2010).

Na última tese “Portugal não tem destino. Tem passado, tem presente e tem futuro” (2010, p. 71), o autor afirma que o pensamento social português o leva para uma lamentação nacional, de um discurso decadente e descrença pelo país. Quando ocorre uma projeção positiva, faz-se de modo elitista e desfocado, gerando ressentimentos.

De uma maneira geral, as teses de Boaventura (2010) demonstram as fragilidades políticas, econômicas e sociais de Portugal que refletem diretamente na construção da identidade nacional. Isso porque, se pensarmos que sentimentos de nacionalidade ou os nacionalismos são constituídos pelas vias política e cultural, torna-se possível compreender as razões das inconsistências para a construção da identidade nacional portuguesa.

Similarmente esse fenômeno ocorre no caso da formação da identidade brasileira. Uma vez que entendimento e prática sobre nacionalismo foram e são defendidos a partir dos problemas existentes nas nações que as levam a um destino comum e a uma auto definição, além do sentimento de pertencimento.

“A identidade nacional, como todo processo de construção de identidade, tem uma dimensão interna na qual se acentuam os traços de similaridades, ao mesmo tempo, uma dimensão externa, que define uma diferença em relação ao outro” (OLIVEIRA, 1990, p. 11-12).

Os traços de similitudes das construções de identidades nacionais entre os dois países são acentuados por meio dos hábitos e costumes regionais (OLIVEN, 2002).

No caso de Portugal, José Manuel Sobral (2007) ao analisar o histórico das receitas e dos produtos utilizados para a confecção de pratos típicos, relacionando-os às observações de campo que realizou em um festival de comidas típicas na região de Ribatejo<sup>6</sup>, o autor percebe dois principais contrastes das regularidades regionais: 1) os elementos utilizados no litoral, que são relacionados à pesca, e os elementos utilizados no mundo agrícola e; 2) as diferenças e oposições entre norte e sul do país.

Dessa maneira, há percepção de que o Festival é “uma festa que exalta as especificidades regionais constitutivas do todo nacional”, e define, assim como Oliven (2002) aponta no caso brasileiro, que nessa situação “o nacional é o regional” (SOBRAL, 2007, p. 25).

O regional representado no Festival é sobre o mundo rural e o da pesca que está em declínio e, em alguns casos, até mesmo desapareceu. Os símbolos escolhidos para representar Portugal no Festival são os mesmos símbolos que foram utilizados nos projetos nacionais do Estado Novo<sup>7</sup>. Por sua vez, o Estado Novo utilizou-se dessas representações que serviram como dispositivo para legitimar uma identidade nacional, propondo no discurso oficial identificar uma cultura nacional genuína junto às massas populares.

Essas representações referiam-se aos trabalhos desenvolvidos nas zonas rurais e marítimas, como a agricultura e a pesca, importantes para a economia do país pré-industrial do século XIX, exaltando os trabalhos manuais, o artesanato e os saberes tradicionais das regiões, relacionando-as à ideia de nação, de um país unificado e majoritariamente rural.

Para compreender esses elementos que foram selecionados para representar o país oficialmente, Sobral (2007) retoma a história do país e da Europa para analisar o contexto do período e as dinâmicas desse movimento. Por meio da literatura e outras fontes históricas, Sobral identifica a predominância do uso e apropriação da cozinha francesa na sociedade de

---

<sup>6</sup> Trata-se do XXIV Festival Nacional de Gastronomia, que teve lugar em Santarém em 2004, estudado por Sobral (2007) na busca por compreensão do processo de formação da identidade portuguesa e da cozinha nacional.

<sup>7</sup> O Estado Novo foi em Portugal um regime político autoritário de cunho nacionalista e corporativista, de inspiração fascista, liderado por António Oliveira Salazar e durou 41 anos, entre os anos de 1933 a 1974. Para mais informações ver:

corte portuguesa, desde os cardápios, serviços e costumes ofertados nas festas e jantares oficiais.

Somente ao final do século XIX com os interesses políticos de consolidar os Estados nacionais em termos de forças políticas e autonomia econômica é que os países passaram usar a nação para enaltecer suas singularidades e reivindicar uma identidade nacional.

Nesse sentido, Sobral (2007) faz um comparativo entre os menus oficiais do século XIX e os menus oferecidos no Festival de Santarém, em que ambos demonstram uma situação de contraste extremo com a exaltação do nacional e do regional.

Os cardápios do século XIX deixavam claro os contrastes entre cozinha de rico e cozinha de pobre, assim, mais que a defesa de uma nacionalidade, esses cardápios abrigavam a manutenção do status quo por meio da distinção social. A cozinha francesa predominava nas classes dominantes portuguesas, mas a cozinha regional era enaltecida em determinados eventos sociais, para demarcar as especificidades do português por meio de seus hábitos alimentares. Aos ricos recomendava-se a cozinha internacional, aos pobres a cozinha nacional (composta pelos elementos regionais da classe rural trabalhadora).

Desse modo, em Portugal:

A defesa da cozinha como parte da identidade nacional remonta aos finais do século XIX, época de afirmação do nacionalismo. Afirma-se nos anos 30 com o Estado Novo, que insiste na diversidade regional como alicerce de uma cozinha nacional portuguesa e persiste sob o regime democrático que se lhe seguiu, que em moldes semelhantes a este consolida a entronização da cozinha como uma parte da representação oficial da identidade nacional em Portugal.

As trocas materiais de produtos e modos de fazer entre a cozinha portuguesa e a cozinha brasileira contribuem para a formação das identidades nacionais, posto que se encontram entrelaçadas (ora mais, ora menos) nos processos políticos e econômicos dos dois países.

Atualmente, esses entrelaçamentos continuam ocorrendo e o uso de elementos brasileiros em Portugal é frequente, devido ao alto número de migrantes brasileiros, que ao se estabelecerem em Portugal buscam formas de vivência e inserção da cultura brasileira por meio, principalmente, da comida, como por exemplo, de restaurantes típicos brasileiros nas várias cidades portuguesas.

Braga (2010) aponta para o desenvolvimento desse tipo de comércio em Portugal e da sua aceitabilidade por parte dos portugueses.

## Primeiros Apontamentos sobre as permanências e discontinuidades na construção



### da cozinha e da nação brasileira

Autores como Arthur Ramos, Gilberto Freyre e Câmara Cascudo contribuíram para fortalecer no imaginário brasileiro o mito das três raças, em que se defende o desenvolvimento de uma cultura híbrida na mistura e intersecções das trocas culturais entre brancos, negros e índios relatadas de maneira harmoniosas, ocultando os conflitos, as dominações, violências e dizimações que populações africanas e indígenas sofreram no período colonial.

Esses e outros autores reforçaram os discursos racistas no Brasil, negando as diferenças étnicas e raciais, e, por conseguinte, corroboraram para o não reconhecimento dos direitos de indígenas e de afrodescendentes de expressarem suas individualidades e identidades culturais, afetando nos mais diversos âmbitos da vida e também nas culturas alimentares (SCHWARCZ, 1998).

O mito das três raças está bastante arraigado na culinária brasileira. É certo que um país constrói sua identidade culinária a partir do regionalismo que, ao se juntarem, formam o todo nacional. Os pratos tradicionais que representam cada região, como “Tacacá e Tucupi” no Norte do país, “Baião de Dois” no Ceará, “Vatapá e Acarajé” na Bahia, “Arroz com Pequi” em Goiás, “Tutu com Linguiça” em Minas e o “Churrasco Gaúcho” no Sul, são bastante lembrados, mas os mesmos são insuficientes para conter tudo àquilo que a culinária regional o é de fato. O Tacacá e Tucupi, por exemplo, por serem de referências amazônicas, são remetidos aos indígenas, tanto pela região, onde há uma maior concentração deles, quanto pelo nome e ingredientes em si. O Tucupi é feito com “mandioca brava”, resultando em um caldo fino temperado e servido quente em cuias contendo uma goma feita de tapioca, que é o Tacacá. Camarões secos são adicionados ao prato e também uma planta chamada Jambu, ou agrião do Pará, que tem sua referência na América do Sul e é bem conhecida no sudoeste asiático. Os camarões secos fazem parte do aporte culinário africano, a mandioca que produz a goma e o caldo é indígena. E o Jambu? Quem o associou ao prato? Esse exemplo tem o intuito de trazer a reflexão de que resumir a culinária apenas ao mito das três raças é enclausurar a estrutura alimentar brasileira (COSTA, 2016, p. 65-66).

Compartilho da análise de Odete A. Costa (2016), de que ao falar da formação da cozinha brasileira e sua estrutura alimentar não devemos limitar ao mito das três raças, mas investigarmos a gama de particularidades e diversidades regionais que ultrapassam essa explicação restrita para pensar e explicar a cultura brasileira.

A base da alimentação no período colonial – carne seca, feijão e farinha de mandioca –, é uma tríade básica presente desde a chegada dos portugueses ao Brasil, sendo uma primeira adaptação da alimentação dos imigrantes (BRAGA, 2010) observadas nas descrições de aventureiros e viajantes e que visitavam o país, como Saint-Hilaire (de 1816 a 1822) e Debret (1815), que relataram sobre uma mistura de cozinhas, de seus instrumentos,

ingredientes e de modos de fazer. (SILVA, 2005).

Na simples composição da mesa observam-se elementos distintos, como a cuia, a louça de barro, as colheres e vasilhas de pau indígenas, e os de fora, expressos pela louça branca do Reino, peças de estanho e prata e os panos da Índia. Entretanto, essa “civilidade” só era exposta de quando em quando; no cotidiano, era o ordinário que imperava, seja nos pratos de barro vermelho, nas cuités de farinha, no comer com as mãos, seja na própria comida, composta, invariavelmente, de farinha, feijão e alguma carne-seca (SILVA, 2005, p. 31).

Sobre a inserção do arroz em lugar da farinha, ainda existem lacunas a serem investigadas, porém, autores que se dedicam ao assunto propõem reflexões interessantes sobre o arroz com feijão que, hoje pode ser considerado um prato nacional. Consumido em todas regiões do Brasil, a dupla é comum na alimentação cotidiana, estando presente em sua base alimentar desde o século XVIII.

O arroz era de consumo corrente entre os grupos populares, tendo a sua divulgação sido impulsionada na segunda metade do século XVIII. Porém, em geral, era de consumo mais reduzido do que a farinha de mandioca, o feijão e o fubá. No dizer de Câmara Cascudo, o arroz era popular, mas não indispensável, se bem que se tenha tornado importante, em especial, na Amazônia, no Maranhão e no Rio de Janeiro. Na realidade, o arroz parece ter tido um consumo muito variável, de acordo com as zonas, matéria que necessita ainda de um estudo aprofundado (BRAGA, 2010, p. 169).

Os hábitos alimentares no Brasil passam por mudanças significativas após a instalação da corte portuguesa no Rio de Janeiro com a inserção de diferentes ingredientes e de novos modos de fazer e de comer. As transformações dos costumes à mesa, de socialização e do fluxo de portugueses e brasileiros, trazem transformações políticas e sociais importantes, assim como reflexões acerca das identidades coletivas de quem nasceu brasileiro e de quem escolheu o país como nova morada.

O final do século XVIII e início do XIX é muito representativo na construção de sentimentos relacionados à brasilidade e ao significado do que é ser brasileiro, que perpassam questões políticas e culturais entre Brasil e Portugal, indo além das questões internas, como por exemplo, do processo de independência do país.

As trocas simbólicas e materiais entre os dois países são dinâmicas importantes e chave de explicação para o entendimento da formação da nação brasileira.

A definição gradativa do território, a formação de uma mentalidade luso-brasileira e o sentimento de independência caracterizaram um sentido mais acentuado de nacionalidade do que o próprio processo de independência. Marcado por fatores externos relacionados à vida política europeia, o processo de independência, na realidade, pouco contribuiu para a construção do sentimento nacional (OLIVEIRA, 1990, p. 77).

Nesse sentido, o sentimento nacionalista parece ter sido intensificado com a regência do príncipe D. Pedro I, após D. João VI e sua corte deixar o país em 1821. O fim da monarquia e o início do Império Brasileiro e as lutas políticas de D. Pedro por uma constituição parece ter contribuído para o início da conscientização do Brasil enquanto Estado-nação, deixando de ser colônia para ser autônomo, ainda que no comando de um português (SCHWARCZ, 1998b).

Isso pode ser confirmado pelos conflitos políticos que fizeram com que D. Pedro deixasse o Brasil em 1831 sob regência provisória de José Bonifácio, então tutor de D. Pedro II. A própria abdicação de D. Pedro foi fruto das políticas constitucionalistas, consideradas modernas, que o próprio imperador assumiu.

Dessa maneira, a independência do Brasil seria o resultado de um processo anterior, já iniciado em 1822. “É em torno da figura de Pedro II que em muito se personificou a unidade do Estado Nacional, assim como a responsabilidade de introdução da modernidade no país, o projeto iluminista que integra o Brasil à cultura ocidental, ao mundo civilizado” (DUTRA, 2004, p. 95).

Entretanto, segundo diversos historiadores, não houve participação popular nesse movimento e a legitimidade do novo regime político começa a ser viabilizada com a elite política dos grandes estados em ascensão – São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, instaurando-se a república oligárquica a partir do modelo federativo (DUTRA, 2004), que já vinha sendo reivindicado desde o império. Dessa maneira, a unidade política do Estado brasileiro não alcançou um sentimento nacional. “Cabendo à geração da Primeira República, particularmente ao Movimento Modernista, a busca de uma identidade coletiva para o país” (OLIVEIRA, 2004, p. 96).

Compreende-se que o processo de construção do discurso sobre cultura e identidade brasileira pode partir de duas situações: do campo científico para o senso comum; ou do senso comum para o campo científico; “o importante a ressaltar é a interação entre cultura erudita e cultura popular e a circulação de ideias (OLIVEN, 1989, apud OLIVEN, 2002, p. 16).

Nação é uma instituição relativamente nova, com pouco mais de duzentos anos, “ela pressupõe a existência de cidadãos com direitos iguais, de uma sociedade secularizada, com instituições independentes e desenvolvidas. No Brasil, como nos demais países da América Latina, em sua gênese, nação e modernidade caminham juntas” (OLIVEN, 2002, p. 17).

O processo de formação de uma identidade nacional brasileira desenvolvida a partir do campo científico e/ou intelectual ocorre quando esses grupos passam a valorizar o que consideram mais “autenticamente brasileiro”, como por exemplo, com José de Alencar e a representação da escola indigenista de literatura, ainda que com estilo romantizado e europeu na concepção do indígena como o “bom selvagem”.

Rubem Oliven (2002) aponta para uma discrepância entre o que o ocorria no mundo real e no mundo das ideias.

No século XIX Machado de Assis já havia se ocupado da questão da nacionalidade na literatura brasileira. Em um ensaio publicado em 1837, embora reconhecesse a legitimidade de um “instinto de nacionalidade” por parte da literatura da então jovem nação brasileira, ele argumentava que não se devia carregar no uso do local sob o risco de restringir a compreensão das obras a um grupo muito restrito. Para Machado, “um poeta não é nacional só porque insere nos seus versos muitos nomes de flores ou aves do país, o que pode dar uma nacionalidade ao vocabulário e nada mais”. Ele considerava errônea a posição “que só reconhece espírito nacional nas obras que tratam do assunto local, doutrina, que a ser exata, limitaria muito os cabedais de nossa literatura” (OLIVEN, 2002, p. 20).

Essa discussão sobre o que é ser brasileiro e a valorização da pátria é retomada na semana modernista de 1922, que representa a busca pela nacionalidade brasileira valorizando sua cultura, partindo da afirmação de brasilidade.

Oliven (2002) retoma os preceitos da Semana da Arte Moderna de 22 com o ideal nacionalista na busca pelo reconhecimento universal, contrapondo-os com o Manifesto Regionalista iniciado por Gilberto Freyre em 1926, que partia da valorização dos costumes e tradições regionais.

No manifesto é possível encontrar a preocupação da manutenção das tradições, inclusive as culinárias, cujo autor afirmou: “uma cozinha em crise significa uma civilização inteira em perigo, o perigo de descaracterizar-se” (FREYRE, 1976, p. 76 *apud* OLIVEN, 2002, p. 28).

É neste período, entre guerras, que mudanças ocorrem e instigam novas reflexões sobre o país, que passava por uma consolidação política e enfrentava crises consequentes da quebra da bolsa de Nova York (1929) e, precedia a Segunda Guerra Mundial (1939). Neste momento, “o nacionalismo ganha ímpeto e o Estado se firma” (OLIVEN, 2002, p. 31).

Desde a independência do Brasil, passando pelos diferentes momentos históricos e as mudanças políticas, o pensamento social brasileiro é constituído de tais questões, ora enaltecendo o nacional, ora o regional, mas sempre com a perspectiva da construção e reconhecimento da nação e da construção da identidade brasileira.

Assumindo essas características torna-se mais evidente o processo de formação da cozinha brasileira que vai prevalecer os elementos nacionais ou os elementos regionais, dependendo dos interesses políticos e econômicos, bem como dos movimentos culturais e sociais do momento histórico em questão.

Delimitar uma cozinha envolve variados aspectos. Apesar de muitas vezes ancorar-se na delimitação geográfica, sua extensão é definida socialmente. Numa certa dimensão, as cozinhas regionais apresentam-se como resultado

de combinações singulares entre condições históricas e espaciais; contudo é a associação simbólica ao significado de certas práticas para a constituição de certa identidade, e não sua “autenticidade histórica”, que as fundamenta (DUTRA, 2004, p.103).

Rogéria Dutra (2004) mostra o exemplo de pesquisa do autor Ricardo Maranhão (2003), em que defende que a cozinha mineira se constitui originalmente da cozinha paulista, chegando à Minas Gerais com os bandeirantes no período colonial, demonstrando que “são conhecidos como mineiros, pratos corriqueiros no Centro e no Sudeste do Brasil (MARANHÃO, 2003, p.86 *apud* DUTRA, 2004, p. 103).

As comidas de um país são antes que nacionais, regionais (MINTZ, 2003). Isso é fato tanto no Brasil quanto em Portugal, pois são nas regiões que o cotidiano transcorre e se desenvolve e, conseqüentemente, formam no regional o que lhes é nacional.

No Brasil, durante o Estado Novo<sup>8</sup> (sobretudo na década de 1940) existiu uma movimentação política, mas também intelectual, de pensar um projeto nacional a partir da educação alimentar. Liderado por Josué de Castro, o Instituto de Nutrição da Universidade do Brasil, juntamente com outros órgãos institucionais tinham como principal problema a ser combatido pelos setores da saúde brasileira, os antigos hábitos alimentares que induziam a população a comer mais carboidratos do que alimentos proteicos (ovos, leite, carne, vegetais), que eram indicados no Projeto Alimentar como Projeto de Nação Brasileira (BIZO; LIMA, 2010).

Para tanto, nutrólogos e nutricionistas defendiam uma investigação detalhada que reconhecesse as características sociais, econômicas e culturais de cada grupo que buscava atingir. O Programa de reeducação alimentar, deveria, portanto, ser adaptado a cada região e grupo para alcançar seus objetivos.

A alimentação como problema central da questão nacional está presente no Brasil pelo menos desde a Primeira República, em que se via a fome e a pobreza como um problema social e de saúde pública. Já no século XX, no período Vargas, foi instituído um projeto político-pedagógico para a construção da nação pensando a nutrição no cenário mundial por meio da ciência.

Josué de Castro aproxima-se do discurso sanitário desenvolvimentista, em que reconhece a questão da fome como um problema de saúde pública.

Neste ideal de nação, “de acordo com os autores [do projeto], a “sub-alimentação

---

<sup>8</sup> No Brasil o Estado Novo (também conhecido como Terceira República) foi um regime político instaurado por Getúlio Vargas durante os anos de 1937 a 1946. Foi um governo autoritário que implantou a Constituição de 1937 consolidando seu poder, lançando O Manifesto à Nação que dizia ter como objetivo restaurar o organismo político às necessidades econômicas do país. Foi um governo pautado no autoritarismo, no nacionalismo e no anticomunismo, instaurando censura aos meios de comunicação e propaganda do país. Foi considerado precursor da Ditadura Militar instaurada no Brasil nos anos de 1964 a 1985. Para mais consultar Araújo, 2000.

nacional” era o principal e mais complexo problema do país, representaria um desvio aos dirigentes e requeria urgente solução” (BIZO; LIMA, 2010, p. 198).

Nessa máxima, superar a fome, superaria o barbarismo e elevaria a civilização da nação, uma vez que a fome traz subnutrição e com ela doenças, conflitos sociais, derrotas políticas e militares. A fome, portanto, afetaria a condição nacional como um país de fome, ou seja, como uma sub nação.

Nesse período o projeto nacional preocupava-se com o reconhecimento do país por suas glórias e benefícios, eliminando-se problemas tidos como particulares de países de “terceiro mundo” e não desenvolvidos.

O projeto civilizatório nacional configurado no modelo explicativo-causal e nas medidas saneadoras da fome e do atraso brasileiros, presentes nessas ideias veiculadas pelo INUB, teria por premissa uma reforma social orientada pela ciência e liderada pelo Estado, na qual progressismo, patriotismo e política alimentar convergiriam em um investimento no homem, para remoção dos obstáculos ao *nation and state building* erguendo a nacionalidade e redimindo-a do atraso. E inscrevendo o Brasil na civilização não mais da comida bárbara, mas da alimentação pública (BIZO; LIMA, 2010, p. 204-205).

Os projetos de nação são construções sociais mediadas pelos interesses políticos e culturais de cada momento, porém baseando-se nas ideias de Benedict Anderson (2008) de nação, dentro de uma perspectiva antropológica, entendemos que “a seguinte definição de nação: uma comunidade política imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana (ANDERSON, 2008, p. 31).

As comunidades se distinguem não porque são falsas ou autênticas, mas porque têm estilos diferentes de serem imaginadas. A nação é imaginada como soberana porque o conceito nasce no Iluminismo, momento em que revoluções estavam destruindo a legitimidade do reino dinástico hierárquico de ordem divina. Assim, é imaginada como uma comunidade soberana e seus aspectos legitimadores.

Os frutos culturais do nacionalismo – a poesia, a prosa, a música, artes plásticas – mostram esse amor com muita clareza, e em milhares de formas e estilos diversos. Por outro lado, como é difícil encontrar frutos nacionalistas semelhantes expressando medo e aversão” (ANDERSON, 2008, p. 200).

A soberania é conseguida por meio do Estado e sua consolidação seja pela via política (normatizações, leis, regras sociais), seja pela via cultural (língua, costumes, vestimentas, cozinha), são os elementos cotidianos legitimados pelo Estado que permitem enaltecer o que é diferente e específico em cada nação e o que lhes é motivo de orgulho, formando identidades.

Brasil e Portugal, bem como outros países da Europa e das Américas passaram por

esse processo de formação da nação e de identidade nacional. Cada qual com suas particularidades históricas, culturais e políticas são influenciados nas relações e intersecções, sobretudo no que condiz com as dinâmicas entre colonizador e colonizado.

### Considerações Finais

O comportamento relativo à comida liga-se diretamente ao sentido de nós mesmos e à nossa identidade social, e isso parece valer para todos os seres humanos. (MINTZ, 2011, p. 31)

Nessas primeiras reflexões acerca do tema das trocas culturais e materiais na alimentação entre Brasil e Portugal e suas contribuições para formação de identidades nacionais, podemos indicar mais proximidades do que é evidenciado entre as duas nações. Diz-se isso, não apenas no campo da alimentação, mas sobretudo, dos significados e representações que cada ingrediente, prato e saberes trazem para o campo das identidades coletivas e das maneiras pelas quais elas são impressas no cotidiano brasileiro.

Portugal tem o papel de civilizador no processo de desenvolvimento da nação brasileira, porém invertido ao longo dos entrelaçamentos culturais e políticos com o Brasil. O primeiro marco histórico das trocas culturais aqui enfatizado se trata da chegada da corte portuguesa em 1808 e, a partir de então, o caminho percorrido para a independência e a formação da nação brasileira.

Representantes do pensamento social desse período, como Eça de Queirós, Machado de Assis e Josué de Castro demonstraram por meio de seus artigos (científicos e de opinião) a formação de um sentimento e de um discurso nacional que apontavam para as particularidades de suas nações, que perpassavam por elementos e fenômenos desde o âmbito privado, do hábitos e costumes cotidianos, até o âmbito público, das políticas públicas e normativas instauradas para consolidar seus projetos nacionais.

Ainda há muito o que ser estudado, refletido e pesquisado, mas os primeiros indícios apresentados neste artigo indicam que as trocas culturais entre Brasil e Portugal são intensas, complexas, controversas e congregam situações pertinentes para a consolidação das duas nações, bem como suas identidades nacionais e reconhecimento enquanto países autônomos que, a partir de questões políticas desempenham aspectos importantes para concretização de suas cozinhas e, em consequência, dos projetos de legitimidade da nação.

**Artigo recebido em 31 jul. 2018.**

**Aprovado para publicação em 20 out. 2018.**



## Referências

ABDALA JR. Benjamim. *Ecos do Brasil – Eça de Queirós: leituras brasileiras e portuguesas*. São Paulo: SENAC, 2000.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE, José Roberto de. “Gula e literatura: diálogo gastronômico com a obra de Eça de Queirós”. In: *Revista Desassossego*, São Paulo, n. 14, dez. 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/desassossego/article/view/90834>. Acesso em: 18/04/2017.

ARAÚJO, Maria Celina Soares D'. *O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2000 (Descobrimos o Brasil).

BARBOSA, Livia. “Feijão com arroz e arroz com feijão: o Brasil no prato dos brasileiros”. In: *Horizontes Antropológicos / UFRGS. IFCH*. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Ano 13, n. 28 (2007). Porto Alegre: PPGAS, 2007.

BELLUZZO, Rosa. *Machado de Assis: relíquias culinárias*. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

BIZO, M. L. G.; LIMA, N. T. “O projeto civilizatório nacional do Instituto de Nutrição da Universidade do Brasil”. In: *Perspectivas*, São Paulo, v. 37, jan./jun. 2010 p. 191-209.

CÂNDIDO, Antônio. “Introdução”. In: \_\_\_\_\_. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos 1750-1880*. 11. ed., Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2007.

COSTA, Odete de Araújo. *Entre a cozinha e a mesa, entre altares e rosário: alimentação e relações de gênero nas festas de reinado e congadas de Goiânia*. 2016. 103 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2016.

DÓRIA, Carlos Alberto. *A formação da cozinha brasileira*. São Paulo: Publifolha, 2009. (Série 21).

DUTRA, R. C. A. “Nação, região, cidadania: a construção das cozinhas regionais no Projeto Nacional Brasileiro”. In: *Campos* 5(1), 2004, p. 93-110.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador, volume 1: uma história dos costumes*. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. [1939].

ERIKSEN, Thomas Hylland. Confessions of a useful idiot, or, Why culture should be brought back in. *LBC Newsletter (Uppsala University)*, October, 2002. Disponível em: <http://hyllanderiksen.net/Confessions.html>. Acesso em: 09 mar. 2017.

FANTINI, Marli. "Recepção de Eça de Queirós por Machado de Assis". In: *Letras*, Santa Maria, v.02, n. 45, p. 111-125, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/12209>. Acesso em: 18/04/2017.

HELSTOLKY, C. F. *Garlic and Oil. Politics and food in Italy*. Oxford: Berg Publishers, 2005.

L'ESTOILE, Benoît de; NEIBURG, Federico; SIGAUD, Lygia. *Antropologia, impérios e estados nacionais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2002.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Memórias Póstumas de Brás Cubas [1880]*. Obra Completa, Machado de Assis, Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1994.

\_\_\_\_\_. *Instinto de nacionalidade e outros ensaios*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1999.

MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *Vida e obra de Machado de Assis*. Aprendizado – Volume 1. São Paulo: Record, 2008.

MENNELL, S. *Français et anglais a table: du moyen age a nos jours*. Paris: Flammarion, 1987.

MINTZ, Sidney W. Comida e antropologia: uma breve revisão. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 16, n. 47, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v16n47/7718.pdf>. Acesso em: 28 out. 2011.

OLIVEN, Ruben. G. *Cultura brasileira e identidade nacional (o eterno retorno)*. In: MICELI, S. *O que ler na ciência social brasileira*. São Paulo: ANPOCS: Editora Sumaré; Brasília DF: CAPES, 2002.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

QUEIRÓS, Eça. *O brasileiro*. In: ABDALA JUNIOR, Benjamin (Org.). *Ecos do Brasil: Eça de Queirós, leituras brasileiras e portuguesas*. São Paulo: Senac, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. Porto: Boaventura de Sousa Santos; Edições Afrontamentos, 1994. (Biblioteca das Ciências do Homem).

SILVA, Michele Cristina Medeiros. *Eça de Queiroz e a cozinha burguesa: literatura e alimentação*. 2012. 173 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2012.

SILVA, Paula. Pinto. *Farinha, feijão e carne-seca: um tripé culinário no Brasil colonial*. 2ª ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2005.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870- 1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. *A longa viagem da biblioteca dos reis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

\_\_\_\_\_. *As barbas do Imperador. D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia

das Letras, 1998b.

VIANA FILHO, Luís. *A vida de Eça de Queiroz*. 3ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2008.